

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 11 158/2006

De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Outubro de 2006, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,727 30 %.

28 de Setembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 11 159/2006

De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Outubro de 2006 é de 1,799 27 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 1,979 20 %.

28 de Setembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *António Pontes Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 20 812/2006

As missões militares junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro carecem, ainda que a título excepcional, para levar a cabo as suas atribuições, de colaboração de nacionais portugueses e de nacionais dos países de acolhimento daquelas missões, contratados no termos da respectiva lei nacional.

Critérios de justiça e de ordem social aconselham que as remunerações deste pessoal, tal como acontece com o pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sejam actualizadas com regularidade. A última actualização destes vencimentos foi fixada pelo despacho conjunto n.º 43/98, dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 13, de 16 de Janeiro de 1998.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional determinam o seguinte:

1 — Os vencimentos mensais do pessoal civil contratado localmente que exerce funções nas missões militares junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro são fixados na tabela em anexo ao presente despacho conjunto, do qual faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

21 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

ANEXO

Vencimentos do pessoal contratado localmente que exerce funções nas missões militares junto das representações diplomáticas

Local	Categoria	Montante — Euros
Bona/Berlim	Técnico	3 918,75
Londres	Assistente administrativo especialista.	3 447,15
Luanda	Motorista	1 479,63
Maputo	Motorista	136,09
Paris	Assistente administrativo especialista.	2 846,90
Pretória	Assistente administrativo especialista.	2 197,65
Roma	Assistente administrativo especialista.	2 552,90
Washington	Assistente administrativo especialista.	3 535,35
	Motorista	1 774,19

Despacho n.º 20 813/2006

Considerando que:

O despacho conjunto MDN/MFAP n.º 148/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de Fevereiro de 2005, define

as grandes linhas a prosseguir, tendo em vista a implementação de um sistema integrado de gestão (SIG) na Defesa Nacional, visando melhorar a eficiência e a eficácia no desempenho das missões que lhe estão cometidas;

Nos termos do referido despacho conjunto, o Ministério da Defesa Nacional age como entidade gestora do projecto, assumindo o Ministério das Finanças e da Administração Pública o papel de autoridade funcional em tudo o que diga respeito à respectiva tutela;

Os pressupostos que motivaram a elaboração desse despacho conjunto mantêm-se actuais, sendo desejável a continuação e aprofundamento da prossecução dos objectivos nele especificados, dentro das competências e responsabilidades partilhadas pelos dois ministérios;

Nesse despacho foi designado como coordenador da equipa do SIG o coronel José António Abranches do Amaral do Ministério da Defesa Nacional, o qual deixou de desempenhar estas funções desde o dia 30 de Setembro de 2005:

Determina-se o seguinte:

a) Os coordenadores da equipa de projecto do SIG, nos termos previstos no n.º 7 do despacho conjunto n.º 148/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de Fevereiro, são o capitão-de-mar-e-guerra Mário do Carmo Durão e o major Fernando Jorge Eduardo Fialho Barnabé;

b) O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Outubro de 2005.

28 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1635/2006

Considerando que nos termos da Lei do Serviço Militar incumbe ao Ministério da Defesa Nacional, em colaboração com os ramos das Forças Armadas, assegurar a organização e concretização do Dia da Defesa Nacional;

Considerando que o ciclo 2006-2007 do Dia da Defesa Nacional, que decorre entre Outubro de 2006 e Maio de 2007, abrangendo um universo de cerca de 70 000 jovens, implica a aquisição de um serviço de transporte que cubra todo o território nacional;

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º É autorizada a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional a iniciar os procedimentos relativos à aquisição do fornecimento do serviço de transporte de acordo com o calendário de 2006-2007 do Dia da Defesa Nacional, até ao montante máximo de € 560 000.

2.º Os encargos orçamentais decorrentes da assinatura do respectivo contrato de prestação de serviços não poderão exceder, em cada ano económico, as seguintes importâncias:

2006 — € 280 000;

2007 — € 280 000.

3.º Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria serão satisfeitos nos seguintes moldes:

a) Em 2006, por verba adequada do orçamento da Defesa Nacional — gabinete dos membros do Governo da dotação afectada à Lei do Serviço Militar, em devido tempo a inscrever como reforço no orçamento da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar para o ano em curso;

b) Em 2007, por verba adequada do orçamento da Defesa Nacional — gabinete dos membros do Governo, da dotação a afectar à Lei do Serviço Militar.

27 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 814/2006

1 — Nos termos das disposições conjugadas dos n.os 1 e 2 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, com a do n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo presente o perfil profissional evidenciado no currículo anexo ao presente despacho, nomeio, em

comissão de serviço, subdirectora do Instituto da Defesa Nacional a Doutora Isabel Alexandra Ribeiro Gomes Ferreira Nunes, do quadro de pessoal daquele Instituto.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Setembro de 2006.

26 de Setembro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

ANEXO

Curriculum vitae

Isabel Ferreira Nunes, licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1986. Em 1991 obteve o grau de mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Em 2006 doutorou-se em Ciência Política (variante de Relações Internacionais) pela Universidade de Twente, na Holanda.

Em 1994 recebeu o Prémio de Defesa Nacional pelo melhor trabalho de investigação subordinado ao tema «Delineamento de uma estratégia diplomática portuguesa — Portugal na II Guerra Mundial». Entre 1999-2001 foi bolsista da NATO, no âmbito da NATO-EAPC Individual Fellowship, com o desenvolvimento de um projecto de investigação individual sobre o tema «The transatlantic link and the European defence and security identity in the mediterranean context».

Foi auditora do curso de Defesa Nacional, do Instituto da Defesa Nacional entre 1995-1996.

Em 1989 ingressou no Ministério da Defesa Nacional, onde exerceu funções de assessoria técnica no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional na área das relações internacionais. Em 1990 passou a exercer funções no Departamento de Relações Internacionais, Divisão de Relações Multilaterais, da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, cujo quadro integrou a partir de 1991. Participou no Grupo de Representantes da Defesa, no Special Working Group e no Grupo do Mediterrâneo da União da Europa Ocidental. Em 1991 integrou, como representante daquela Direcção-Geral, o grupo de trabalho, do Gabinete do Ministro da Defesa, que procedeu à revisão e síntese das conclusões do Grupo de Reflexão Estratégica. Entre 1990-1992 participou nas reuniões do High Level Group da NATO em Bruxelas, para negociação de medidas conducentes à implementação do Tratado CFE, sobre controlo e redução de armamentos, e do Documento de Viena, sobre medidas de confiança e de segurança. Realizou ainda o acompanhamento técnico de questões decorrentes do relançamento da União da Europa Ocidental, com particular ênfase nos aspectos políticos, jurídicos e de segurança relacionados com o alargamento da organização a novos membros. Entre 1990 e 1994 colaborou na preparação dos *dossiers* temáticos de apoio à decisão política, em reuniões ministeriais da NATO, e posteriormente da União da Europa Ocidental, no âmbito da Divisão de Relações Multilaterais.

A partir de Novembro de 1994 passou a exercer funções no Instituto da Defesa Nacional na área da investigação, no Centro de Estudos do Departamento de Investigação de Defesa e na área da formação como oradora em vários cursos, nomeadamente no curso de Defesa Nacional. Entre 1996 e 2006 desempenhou funções de chefe de divisão do Centro de Estudos do Departamento de Investigação daquele Instituto.

É editora executiva da revista *Nação e Defesa*, do Instituto da Defesa Nacional, coordenadora editorial da colecção de livros «Atena» desde 2000 e membro do conselho editorial da revista *Nação e Defesa*.

Tem publicado vários trabalhos de investigação, dos quais se destacam *Multilevel Role Prescriptions — Portugal, NATO and CFSP* (2006) (tese de doutoramento), *The Transatlantic Link and the European Defence and Security Identity in the Mediterranean Context* (2001), *Portuguese Foreign Policy in the Contemporary Era* (1999), *Discurso da Conflitualidade* (2001), *Um Novo Conceito de Forças Multinacionais — As Forças Operacionais Combinadas e Conjuntas* (1996) e *Delineamento de Uma Estratégia Diplomática — Portugal na II Guerra Mundial* (1993) (tese de mestrado). Colabora com a Universidade de Twente e Universidade Autónoma de Lisboa.

Despacho n.º 20 815/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de meu adjunto diplomático o mestre João Paulo Barbosa da Costa, do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 29 de Setembro de 2006.

27 de Setembro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1636/2006

Louvo o capitão-de-mar-e-guerra da classe de administração naval José Carlos da Palma Mendonça (293671) pela forma inextinguível como tem desempenhado as suas funções no programa de construção dos novos submarinos há cerca de três anos.

Inicialmente como responsável pela área logística do Grupo de Projecto dos Novos Submarinos, participou activamente nas difíceis negociações que conduziram à assinatura do contrato de aquisição. Merece realce a apreensão rápida de uma área complexa, o que aliado a muita determinação, bom senso e pragmatismo, permitiu defender com assinalável êxito os interesses do Estado.

Com a criação da Missão de Construção dos Submarinos, foi o Comandante Mendonça nomeado para chefiar a Delegação na Alemanha, cargo da maior importância que desempenha há cerca de dois anos. Demonstrando invariavelmente um elevado sentido de responsabilidade, grande capacidade de organização e liderança, muita determinação e bom senso, conseguiu desde logo que a excelência de actuação da Delegação fosse reconhecida pela chefia da Marinha, bem como pelo consórcio alemão.

Acresce realçar a permanente atitude de lealdade e honestidade intelectual evidenciada pelo comandante Mendonça e preciosa colaboração prestada ao presidente da Missão, cujo conselho avisado e experiente foi muito apreciado, evidenciando um conjunto de excelentes qualidades e virtudes militares, dotes de carácter, abnegação, espírito de sacrifício, obediência e competência profissional, reveladores de um desempenho de excepção, considerando-o um oficial de muito e elevadíssimo mérito.

Assim, é com particular agrado que, sob proposta do presidente cessante da Missão de Construção dos Submarinos e nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 23.º, n.º 2, atento o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de mérito militar de 1.ª classe ao capitão-de-mar-e-guerra da classe de administração naval José Carlos da Palma Mendonça.

18 de Setembro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Instituto de Defesa Nacional

Louvor n.º 647/2006

Louvo o motorista de ligeiros João Lourenço Martins Teófilo Lage pela forma competente, pontual e sempre disponível que, ao longo de dois anos, vem desempenhando as funções de meu motorista.

Muito zeloso com a viatura que lhe está distribuída, soube sempre mantê-la em excelentes condições de higiene e segurança.

Atendendo aos compromissos de serviço do director, o motorista João Lage distinguiu-se sempre pela sua disponibilidade e espírito de bem servir, demonstrando prontidão na execução das suas tarefas sacrificando por vezes a sua vida pessoal.

Dotado de excelentes qualidades profissionais e humanas, revelou sempre um elevado sentido de dever, dedicação, discrição e lealdade, o motorista João Lage soube manter boas relações profissionais com colegas e seus superiores hierárquicos.

Pelas qualidades por si demonstradas, o motorista João Lage merece ser distinguido com este público louvor.

11 de Setembro de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.

Louvor n.º 648/2006

Louvo a Dr.ª Maria Filomena de Almeida Baptista Ruivo Gabriel pela forma altamente competente e responsável como tem desempenhado, ao longo de quatro anos, as funções de directora dos Serviços Administrativos e Financeiros do Instituto da Defesa Nacional (IDN), demonstrando grande profissionalismo, excelentes conhecimentos técnicos e muita eficiência.

Tendo a seu cargo toda a actividade daquela Direcção de Serviços, área de elevada importância do IDN, a qual abrange a gestão de recursos humanos, financeiros e os serviços gerais, a Dr.ª Maria Filomena Gabriel empenhou-se sempre com total disponibilidade e motivação, pese embora os constrangimentos orçamentais impostos hoje às organizações.

No seu desempenho, tornaram-se ainda evidentes o bom senso, a lealdade, a excelente capacidade de trabalho, a capacidade de direcção, bem como a enorme vontade em cooperar com os outros serviços deste Instituto nas mais diversas áreas, contribuindo deste modo para o êxito da actividade do IDN e conseqüentemente o seu prestígio institucional.

Pelas qualidades morais e profissionais demonstradas e pelo seu excelente relacionamento humano, é a Dr.ª Filomena Gabriel merecedora deste público louvor.

11 de Setembro de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.